

TEIXEIRA; Emanuelle Vitoria da Silva¹, JÚNIOR; Antônio José Alves²

RESUMO

Desde a pandemia, a conjuntura financeira das famílias brasileiras tem sido marcada por dois elementos, a saber, a deterioração do seu poder de compra e o aumento do endividamento. Apesar de serem fenômenos distintos, nesse trabalho propõe-se que há uma interação entre eles que, não obstante, encontra limites para prosperar. Com a pandemia, a economia brasileira, que exibia por muitos anos taxas de crescimento baixas, por efeito do isolamento social enfrentou uma crise relevante, refletida no aumento do desemprego e na queda tanto da massa salarial como da renda nacional disponível bruta. A saída desse quadro reuniu três elementos. A suspensão formal e informal das medidas de isolamento, que facilitou a oferta agregada; as transferências governamentais às pessoas físicas e entes da federação, e o incentivo ao crédito (dentre os quais a queda da SELIC teve papel relevante), que fortaleceram a demanda agregada. O incentivo ao crédito às famílias, em particular, estimula o consumo, que impactaria a demanda agregada, direta (efeito multiplicador) e indiretamente (efeito acelerador), contribuindo com a geração de novos empregos e da renda. O aumento do emprego e da renda é importante, por sua vez, para a saúde financeira da economia, pois a inadimplência das famílias é correlacionada com o desemprego e com a queda da renda. Essa seria uma condição para que os bancos continuassem a emprestar para as famílias e que a economia pudesse se recuperar pela via do aumento do financiamento ao consumo. Ao analisar a evolução da taxa de desemprego e da renda nacional disponível bruta restrita (RNDBr) ao longo do período da pandemia, compreendido pelo triênio 20-22, tal não aconteceu. Houve redução no desemprego, mas estagnação da RNDBr. Conclui-se que as famílias, incluindo as mais pobres, recorreram ao crédito bancário e não bancário para garantir um padrão mínimo de sobrevivência. Como consequência, observou-se maior endividamento e inadimplência das famílias. O drama enfrentado no caso particular brasileiro é que a suspensão do isolamento social não significou vetores de crescimento. Nenhuma resposta do governo, como o Auxílio Brasil, foi capaz de romper com a estagnação da economia já bem conhecida pela população nos últimos anos. Assim, ao longo de 2021 e 2022 foram gerados novos empregos, mas predominaram a baixa qualidade, a informalidade, e a precarização das condições de trabalho, enquanto a falta de vetores de crescimento dominou a conjuntura. Deve-se observar que apesar desse cenário, os bancos privados brasileiros, até 2022, não reduziram o crédito, como era de se esperar. No entanto, o ritmo de crescimento vem diminuindo firmemente, em vista da deterioração da saúde financeira das famílias. Conclui-se, preliminarmente, que, a menos que haja uma forte política de geração de emprego e transferência pública com objetivo de aumentar a renda e o ganho real dos trabalhadores, a queda do financiamento às famílias poderá prejudicar ainda mais a economia brasileira, a situação financeira das famílias e aumentar ainda mais o risco de financiamento.

PALAVRAS-CHAVE: Endividamento Familiar, Fragilidade financeira das famílias, Sustentabilidade financeira na Covid-19

¹ UFRRJ, emanuellevteixeira@gmail.com

² UFRRJ, antonioj@ufrj.br